

Quinta-Feira, 30 de Abril de 2026

Pedido de suspensão das obras no Portão do Inferno é negado pela Justiça Federal

Fim da novela

Redação

A Justiça Federal negou o [pedido de liminar para suspensão imediata das obras na região do Portão do Inferno](#), na MT-251, em [Chapada dos Guimarães](#), a 65 km de Cuiabá, no dia 14 de novembro. A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) no dia 15 de outubro a apontou diversas irregularidades no licenciamento ambiental da obra.

De acordo com o juiz federal Diogo Negrisoni Oliveira, paralisar as obras colocaria em risco a população que utiliza a rodovia. Além disso, ele conclui que haverá perda de dinheiro público, considerando o alto custo financeiro para refazer a cobertura vegetal já retirada.

O [g1](#) entrou em contato com o MPF, mas não obteve retorno até esta publicação. A decisão ainda cabe recurso.

Entre as irregularidades apontadas pelo MPMT e pelo MPF estão :

- ausência de motivação para aplicação do licenciamento simplificado;
- indevida classificação de risco das obras de retaludamento;
- nulidade da Autorização para Licenciamento Ambiental;
- ausência de consulta prévia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) quanto aos eventuais impactos das obras.

A ação, ainda, alerta para o risco de alteração irreversível da paisagem e topografia do local, além do aumento no risco de deslizamentos durante e após o término das obras. Outra solicitação é da realização de estudos detalhados que considerem os aspectos ambientais, geológicos e cênicos do Portão do Inferno, como aspectos sociais, econômicos e de locomoção dos municípios ao redor do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

No documento, eles também afirmam que a população deve participar da tomada de decisão, utilizando critérios e metodologias claras para escolha de alternativa.

As obras

Reproduzir vídeo

Reproduzir

--:--/--:--

Silenciar som

Minimizar vídeoTela cheia

Projeto computadorizado do retaludamento do paredão no Portão do Inferno

O retaludamento consiste na técnica usada para evitar deslizamentos de terra e melhorar a segurança e a estabilidade do terreno, já que [em dezembro de 2023 foram registrados três quedas de rochas na região, em menos de 24 horas](#). Na época, o Governo de Mato Grosso decretou situação de emergência.

A secretaria informou que a remoção da vegetação seria realizada de forma manual, sem o uso de maquinário pesado, a fim de minimizar os impactos ambientais. Essa prática visa preparar o terreno para a próxima fase das obras, que inclui a abertura de um caminho de acesso seguro e eficiente.

O projeto prevê ainda a remoção controlada do maciço rochoso e a construção de taludes. As medidas devem contribuir para a preservação da região.